



Sede Nacional

Rua Conde de Redondo, n.º 74 – 3º - 1150-109 Lisboa

Telefone: 21 847 01 19 – Fax: 21 847 01 56

Email: geral@apg-gnr.pt

Site www.apg-gnr.pt



*Membro da Federação Europeia dos
Sindicatos de Polícia - EU.Pol*
Organização não governamental
no Conselho da Europa

Nota à Imprensa

Carreiras na GNR - Primeiro-Ministro falta à verdade

A Associação dos Profissionais da Guarda - APG/GNR está perplexa com as declarações proferidas pelo Primeiro-Ministro, ontem em entrevista à TVI.

Em resposta a questões sobre a carreira dos professores e da recuperação integral do seu tempo de serviço o Primeiro-Ministro respondeu que "todas as carreiras estiveram congeladas ou quase todas, à excepção das Forças de Segurança e as Forças Armadas."

Ora, tal não só não é verdade como parece manifestar um desconhecimento absoluto da realidade de progressão nas carreiras daqueles que garantem a segurança dos Portugueses.

Durante a vigência da proibição das valorizações remuneratórias para todos os agentes e servidores do Estado, no caso da GNR, houve um número muito residual de promoções, o que equivale a dizer que a esmagadora maioria dos profissionais da GNR, muitos milhares, não só não progrediu na carreira horizontalmente, por via do reposicionamento nos índices da TRU como também não existiu progressão vertical, já que não foram promovidos.

Aliás, é bom que se esclareça que a progressão na carreira dos profissionais da GNR é extraordinariamente lenta e que, no caso da promoção de Cabo a Cabo-chefe, são obrigados a aguardar mais de vinte anos!

Não é justo nem transparente que se passe uma imagem dos profissionais da GNR como se fossem beneficiados em relação aos demais trabalhadores em função pública, por não ser verdade, acrescentando o facto de, quando teve o início o processo de descongelamento das carreiras, que era feito com base no SIADAP, na Guarda não havia sequer sistema de avaliação que permitisse a progressão, tendo sido apenas reposta uma média de tempo de serviço de um ano e três meses.

A APG/GNR exige que o Primeiro-Ministro se retrate e reponha a verdade e, tal como tem feito desde sempre, exige a reposição integral do tempo de serviço em que vigorou o congelamento das carreiras, pois só assim se fará justiça.

Lisboa, 17 de Fevereiro de 2023

A Direcção Nacional